

Expediente


Presidente: Gedeão Silveira Pereira
Vice-presidente: Elmar Konrad
1º Diretor Administrativo: Francisco Lineu Schardong
2º Diretor Administrativo: Paulo Ricardo de Souza Dias
1º Diretor Financeiro: José Alcindo de Souza Ávila
2º Diretor Financeiro: Domingos Antônio Velho Lopes

Sul Rural

JORNAL SUL RURAL

Diretor: Décio Rosa Marimon

Jornalista responsável: Samuel Lima (MTB 19.526/RS)

Projeto gráfico: Gerson Raugust

Fotos: Tiago Francisco, Emerson Foguinho, Marco Quintana e arquivo

Colaboração: Alessandra Bergmann e Gerson Raugust
Circulação Mensal

Administração, redação e comercial:

Praça Saint Pastous, 125 / 4º andar

Porto Alegre/RS - Cep 90050-390

Fone: (51) 3214.4400 - Fax: (51) 3221.9113

site: www.sulrural.com.br

e-mail: sulrural@farsul.org.br

Editorial

Valores, ações e representatividade

Desde o ano passado, muita coisa passou pelos corredores da Farsul. Nem bem o ano de 2018 havia começado, e a entidade já firmava posições e trabalhava ativamente pela manutenção da Lei Kandir e pela derubada de vetos do ex-presidente Michel Temer sobre o programa de refinanciamento do Funrural.

Pouco tempo depois, a atuação foi enérgica contra as declarações preconceituosas feitas pelo ex-presidente Lula em caravana eleitoreira pelo Estado, antes deste encontrar a merecida Justiça. A Federação mostrou tecnicamente ao Brasil que o produtor rural gaúcho não tem nada de “caloteiro” ou “ingrato”, visto que paga as contas e devolve o apoio com juros.

Viés técnico que também é fundamental no processo de negociação com as prefeituras municipais, todos os anos, na hora de estas definirem o valor de terra nua. Muitas vezes, graças à atuação dos sindicatos, evita-se soluções arbitrarias e erros de cálculo, que acabam onerando gravemente a produção quando chega a cobrança do Imposto Territorial Rural (ITR).

Boas notícias vieram, como a instalação das primeiras delegacias de crimes rurais no Estado — antiga cobrança dos sindicatos rurais — e a redução do juro controlado no Plano Safra. Até a dragagem do calado no porto de Rio Grande tratou de finalmente aparecer, quando a situação era precária e as denúncias da Farsul tiveram grande repercussão na imprensa.

E que grande momento do ano aquele na Expoiner! Cinco candidatos à Presidência da República e três ao

governo do Estado buscaram propostas e apoio político na Casa da Farsul — incluindo os eleitos Jair Bolsonaro (PSL) e Eduardo Leite (PSDB). Certamente, eles não esqueceram das demandas encaminhadas nesses encontros e darão curso a elas, em suas gestões alinhadas ao pensamento liberal do empresariado.

Farsul, CNA e governo federal, aliás, trabalham com empenho em uma proposta de política agrícola robusta e inovadora para os próximos anos, colocando o seguro e a gestão de risco no centro de uma série de mudanças no mercado financeiro. Dessa forma, podemos sonhar com um agronegócio ainda mais eficiente e capaz de abastecer um mundo cada vez mais populoso e demandante de alimentos. Não à toa diplomatas de nove embaixadas desembarcaram no Estado no mês passado para conhecer a capacidade da produção gaúcha, a convite da CNA.

Esse resgate das ações sindicais recentes no Rio Grande do Sul não é por acaso. É uma breve maneira de conscientizar o associado do trabalho que é feito pelo Sistema CNA, responsável por representar amplamente o agronegócio nas três esferas políticas do país: federal (CNA), estadual (Farsul) e municipal (138 sindicatos rurais). Faz isso com legitimidade, competência, atenção e energia.

A Contribuição Sindical Rural, que sustenta todas essas ações, vence em 22 de maio próximo. É fundamental que continuemos juntos, enfrentando os desafios que persistem e colecionando conquistas.

Crônica

Sepúlveda ou José Marcelino

A história do Rio Grande do Sul é muito rica e sou um divulgador, sobretudo da sua fase colonial, a menos conhecida. Há personagens incríveis que compensam o fato do Rio Grande português só ter iniciado duzentos anos depois do descobrimento de Cabral. Em homenagem ao aniversário de Porto Alegre, relembro seu mais que fundador, um nobre português conhecido como José Marcelino de Figueiredo. Portugal reorganizava seu exército com assistência direta dos ingleses; eram tempos do Marquês de Pombal. E foi num jantar festivo ao final da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), que o capitão de cavalaria Manoel Gomes de Sepúlveda, após receber ofensas e agressão, matou oficial inglês e se refugiou na Espanha. O processo aconteceu à revelia e resultou na condenação à morte de Sepúlveda. Bem antes da conclusão do processo, entretanto, Pombal tomara decisões sigilosas e que visavam aproveitar o brioso oficial: enviou-o para o Brasil e com o nome trocado para José Marcelino. Tão logo se apresentou ao vice-rei no Rio de Janeiro, ele foi enviado para servir como coronel na Capitania do Rio Grande de São Pedro, parcialmente ocupada pelos espanhóis desde 1763. Estes dominavam a maior parte

do território e a navegação interna, já que tinham posse das duas margens do desaguadouro da Lagoa dos Patos. Os portugueses contavam com Viamão e suas imediações, com o litoral norte, e com as terras de Rio Pardo de fronteiras incertas e variáveis.

José Marcelino logo entendeu a necessidade de expulsar os espanhóis e foi decisivo

Em homenagem ao aniversário de Porto Alegre, relembro seu mais que fundador, um nobre português conhecido como José Marcelino de Figueiredo.

na reconquista da margem norte do canal da barra. Em 1769 foi empossado como governador, e logo tomou providências que transformaram o Porto dos Casais em capital da capitania, antes mesmo que fosse vila e já com o nome trocado para Porto Alegre. Sem recursos extraordinários, resistiu à nova investida espanhola

comandada pelo vice-rei de Buenos Aires Vertiz y Salcedo que, passando pelas cabeceiras do Rio Negro, fundou o Forte de Santa Tecla e chegou às imediações de Rio Pardo. Daí teve de voltar, graças a guerrilhas e combates que consagraram Rafael Pinto Bandeira e outros fronteiros. Mas foram decisivos os estratagemas do próprio governador José Marcelino, que se deslocou para Rio Pardo. Após a retirada das forças de Vertiz, cresceram os esforços para expulsar os espanhóis. E tudo ficou mais fácil quando o vice-rei, Marquês do Lavradio, concentrou no Rio Grande forças vindas de Portugal e de todo o Brasil sob o comando do general João Henrique de Böhn. Após as ações de São Martinho e Santa Tecla, os espanhóis foram derrotados em Rio Grande e abandonaram nossas terras. Assim terminava a ocupação espanhola em abril de 1776.

Mais do que militar, José Marcelino foi um grande administrador. Estimulou a agricultura, alimentou exércitos, construiu navios e palácio, desenvolveu povoações, distribuiu terras, combateu malfeitores e muito mais fez. Velhos, mulheres e crianças indígenas, remanescentes de Caiboaté, e que sobreviviam nas proximidades de Rio Pardo, foram deslocados para a Aldeia dos Anjos, origem da atual Gravataí. Lá,



*Blau Souza
Médico e escritor*

criou o Colégio das Servas de Maria para educar meninas indígenas e prepará-las, até com dote, para casarem com os soldados e colonos de então. Nada escapava aos cuidados do governador...

Mas era autoritário e se indispôs com a Câmara, desejosa de permanecer em Viamão; com o vice-rei, que o manteve punido no Rio de Janeiro; e com muitas outras pessoas e autoridades. Seu maior e derradeiro enfrentamento foi com Rafael Pinto Bandeira, cuja fama ajudara a construir. Prendeu-o e o mandou escoltado para o Rio de Janeiro, após sequestro de bens. O processo foi trancado, Rafael retornou vitorioso e logo foi o primeiro rio-grandense a ser brigadeiro. E José Marcelino teria acabado? Nada disso. Como Manoel Gomes de Sepúlveda, voltou a servir em Portugal e foi um dos heróis na expulsão dos exércitos invasores de Napoleão Bonaparte.